



## MUNICÍPIO DE MARITUBA-PA

Coordenação de Licitações e Contratos



### PARECER JURÍDICO s/nº - 2018

<b>Interessado</b>	<b>Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano</b>
<b>Assunto</b>	<b>Pregão Presencial SRP nº 5/20182202-01-PMM-SEIDUR</b>
<b>Objeto</b>	<b>Aquisição futura e eventual de material de construção.</b>
<b>Pregoeiro</b>	<b>Débora Raquel Fontel Reis</b>
<b>Apoio Jurídico</b>	<b>Sebastião Maia – OAB 3171</b>
<b>Data</b>	<b>04 de abril de 2018</b>

### RELATÓRIO

01. Trata-se da análise do processo licitatório consubstanciado pelo Pregão Presencial para Registro de Preços nº 5/20182202-01-PMM-PPSRP-SEIDUR, do tipo menor preço por item;
02. O objeto do certame é a aquisição futura e eventual de material de construção, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano;
03. Consta dos autos autorização da autoridade competente para a abertura do procedimento licitatório na conformidade da Lei;
04. A motivação administrativa, junto com a pesquisa de preços, encontra-se acostadas nos autos;
05. Foi demonstrada a existência de recursos orçamentários na Ata da sessão de abertura, para cobertura das despesas de futuros contratos dentro do exercício financeiro de 2018;
06. Parecer jurídico recomendando a abertura do procedimento licitatório na modalidade pregão presencial para registro de preços, prescindindo-se do eletrônico em face da dificuldade de recepção de dados via internet;
07. É o necessário a relatar. Em seguida, exara-se o opinativo.

### FUNDAMENTAÇÃO Análise Jurídica

08. O exame deste Pregão Presencial se dá por força dos termos do art. 38, VI, da Lei nº 8666, de 21/06/1993, ao estabelecer que *“o procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade”*, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência institucional deste Órgão;
09. Sublinhe-se que já consta apreciação legal quanto à abertura do procedimento licitatório, bem assim, manifestação jurídica relativamente ao Edital e minuta contratual, não importando em análise das fases já superadas do processo, por

*Dr. Sebastião de Souza Maia*  
CPF: 029.336.912-72  
RG: 3171 - OAB/PA  
Assessor Jurídico



**MUNICÍPIO DE MARITUBA-PA**  
Coordenação de Licitações e Contratos



terem sido à época objeto de apreciação da respectiva Assessoria, baseado nas regras ditadas pelas Leis federais nº 10.520/2002 e especialmente o parágrafo único, do art. 38, da Lei 8.666/1993, prescrito no sentido de que “*as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração*”;

10. Sendo certo o cumprimento das etapas previstas no art. 4º e seguintes da Lei nº 10.520/2002 e de seu regulamento, Decreto federal nº 3.555/2000 e 7892/2013;
11. Por conseguinte, uma vez que se trata de aquisição de material de construção, para atender as demandas da SEIDUR, **não se vislumbram óbices jurídicos à efetivação da homologação, nos termos do resultado da adjudicação e Relatório Final de Licitação da Pregoeira;**
12. Sendo imprescindível que haja publicação do Instrumento no Diário Oficial do Estado e/ou da União–DOU, se for o caso.

**CONCLUSÃO**

13. Diante do exposto resta possível e viável os procedimentos adotados, para que se cumpra o objetivo da licitação, no prazo assinado pelo Edital;
14. Por fim, sugere-se o envio dos autos a autoridade superior para a homologação final;
15. É o parecer, ora submetido à douta apreciação superior.

Marituba, 04 de abril de 2018.

  
Dr. Sebastião de Sousa Maia  
CPF: 029.336.912-72  
RG: 3171 - OAB/PA  
Assessor Jurídico